

MEMÓRIA E CULTURA POPULAR:
NARRATIVAS SOBRE A CAVALGADA
EM LOUVOR A SÃO SEBASTIÃO
MEMÓRIA E CULTURA POPULAR:
NARRATIVAS SOBRE A CAVALGADA
EM LOUVOR A SÃO SEBASTIÃO.

JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
Universidade Estadual de Maringá
joapacheco2210@hotmail.com

RESUMO

Celebrada há mais de 20 anos no município de Cambira-PR, a cavalgada de São Sebastião vem se constituindo como uma prática cultural local. Neste artigo, centralizaremos a discussão sobre a “Cavalgada” realizada na cidade homônima, desde 1998. Apesar de a ocupação da cidade ter ocorrido no final da década de 1930, a partir do desenvolvimento da agricultura cafeeira, as cavalgadas geraram o interesse da população residente há pouco mais de dez anos e estão relacionadas à sedimentação das atividades pecuárias.

Palavras-chave: Memória; História Regional; Práticas Culturais; Cavalgada.

MEMORY AND POPULAR
CULTURE: NARRATIVES ABOUT
THE CAVALCADE IN HONOR OF
SÃO SEBASTIÃO.

JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
Universidade Estadual de Maringá
joapacheco2210@hotmail.com

ABSTRACT

Celebrated for over 20 years in the municipality of Cambira-PR, the São Sebastião horseback riding has become a local cultural practice. In this article, we will focus on the discussion about the “Cavalgada” held in the homonymous city, since 1998. Although the occupation of the city took place in the late 1930s, from the development of coffee agriculture, the cavalcades generated the interest of the resident population. just over ten years ago and are related to the sedimentation of livestock activities.

Keywords: Memory; Regional History; Cultural Practices; Cavalcade.

A FESTA COMO EXPRESSÃO POPULAR

No Brasil os debates sobre o papel das expressões populares na formação da identidade cultural são bastante complexos. Sant'Anna (2003) chama a atenção para o fato de que essa preocupação é preponderante no projeto de lei elaborado por Mário de Andrade, em 1936.

Este formulou oito categorias referentes ao que ele entendia como “obra de arte patrimonial”, entre elas destacou manifestações populares como os cruzeiros, os jardins, as músicas, os contos, as superstições e as danças. Num primeiro momento, o projeto de Andrade não foi absorvido como deveria, no entanto, influenciaria as políticas sobre o patrimônio cultural de Aloísio Magalhães.

Do ponto de vista de Gonçalves, a primeira importante política sobre o patrimônio cultural e artístico no Brasil remete aos anos de 1930, quando a criação de uma agência federal de proteção ao patrimônio foi oficialmente proposta (GONÇALVES, 2003, p.39) Em 1937, após o golpe de Estado que veio a formar o Estado Novo, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, convidou o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade a presidir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O discurso de Melo e Franco caracterizava-se fundamentalmente por uma busca da “brasilidade”, de uma “essência”, “alma” ou simplesmente “identidade da nação brasileira” (GONÇALVES, 2003, p.40), pois para ele o país estava lidando com a dispersão do patrimônio brasileiro que estava sendo levado para outros locais fora do Brasil, como relíquias históricas e obras de arte. Na concepção de Melo e Franco, esse processo de perda da “tradição” do Brasil era danoso, pois este teria que produzir uma cultura brasileira autêntica ainda que isso fosse feito por meio do vocabulário das vanguardas europeias (GONÇALVES, 2003, p.41). A marca principal desse período foi o tombamento de obras arquitetônicas de características barrocas, principalmente as religiosas, e grande parte delas situada em Ouro Preto (MG).

As mais importantes políticas patrimoniais foram concebidas em meados dos anos de 1970 por Aloísio Magalhães; este deu início a uma nova forma de compreensão do patrimônio no país. Sua forma de conceber o patrimônio cultural aproximava-se da percepção antropológica de cultura, acreditando que a mesma compõe não apenas o patrimônio material e o da elite, mas sim uma concepção de patrimônio que se amplie a toda a população, como arte e arquitetura populares, diferentes tipos de artesanatos, religiões populares, culturas étnicas, esportes e festas populares (GONÇALVES, 2003, p.56).

Aloísio Magalhães substituiu a noção de “Patrimônio Histórico e Artístico”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, por uma noção mais ampla de “Bens culturais”, enfatizando a diversidade cultural da sociedade brasileira, influenciado pelo anteprojeto de Mário de Andrade.

Para compreendermos a importância da concepção antropológica de cultura na construção dessa concepção de patrimônio, é interessante observarmos o que diz Gonçalves (2003):

A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria de patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica de cultura, permanentemente expostas às mais diversas concepções nativas. “Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria de patrimônio que vem a ser pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro” (GONÇALVES, 2003, p.29).

Para o autor, o que fundamentava o discurso de Aloísio Magalhães era a preocupação com o detrimento da diversidade cultural do país, pois, para ele, o perigo da homogeneização cultural era fruto do processo universal de integração, determinado pelo avanço tecnológico, podendo acarretar danos na identidade da nação. Para Magalhães, o Brasil ainda não apresentava uma cultura genuinamente brasileira, e a importação descontrolada de valores estrangeiros era danosa para a identidade da nação.

A alternativa para que o Brasil não perdesse sua identidade foi sugerida a partir da valorização da pluralidade cultural, étnica e religiosa, garantindo assim o seu desenvolvimento. Para Magalhães, essa diversidade cultural brasileira definiria a sua singularidade no plano internacional.

Sant'Anna (2003) elucida que o principal legado desse período foi a admissão, na Constituição Federal de 1988, de um conceito mais abrangente de patrimônio que abarcava os bens de natureza material e imaterial.

No ano de 1997, para comemorar os 60 anos de criação do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi realizado na cidade de Fortaleza um seminário internacional com as finalidades de debater ideias e maneiras de garantir a proteção ao patrimônio imaterial. Segundo Rhoden (2002), os debates centraram-se na discussão do conceito de patrimônio intangível e propuseram o desenvolvimento de estudos para a criação de ferramentas legais como, por exemplo, o registro como um dos recursos para a preservação dos bens imaterial ("Carta de Fortaleza").

Tais diretrizes ofereceram as bases que fundamentariam o decreto nº 3.551 (agosto de 2000) que, entre outros aspectos, considerava o patrimônio intangível, o patrimônio natural e o patrimônio genético como de fundamental importância para a conservação da identidade e memória brasileira.

A partir desse momento, línguas, festas (como a cavalgada de São Sebastião em Cambira), música, saberes, técnicas, entre outras práticas populares, incluindo também a diversidade biológica, passaram a pertencer à categoria de patrimônio, devendo, assim, ser preservadas. Abreu (2003) ressalta que essa ampliação na noção de patrimônio é compreendida pela disseminação do conceito antropológico de cultura, que é caracterizado pela diversidade, em oposição ao conceito iluminista de cultura, que está relacionado à erudição e civilização.

Para Sant'Anna (2003), é por meio do registro e mapeamento que se torna possível salvaguardar as diversas manifestações culturais. Para isso, o instituto jurídico do registro é uma ferramenta fundamental no reconhecimento do patrimônio imaterial:

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente destas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode "preservá-los" (SANT ANNA, 2003, p. 52).

A autora ressalta que a opção pelo registro como forma de preservação se deve pela dinâmica dos bens culturais imateriais, na qual estes podem se desenvolver ou passar por pequenas mudanças ao longo do tempo. Por isso, adota-se esse tipo de salvaguardar, diferente

dos tomados pelos Bens Culturais Materiais como a intervenção, conservação e restauração.

Sant'Anna (2003) elucida que os bens escolhidos pelo Instituto do Registro terão o mesmo tratamento que os bens tombados, circunscritos em obras denominadas "Livros de Registro dos Saberes", "Livros das Celebrações", "Livro das Formas de Expressão" e "Livro dos Lugares". A autora orienta que a prática do registro deve ser realizada no período mínimo de dez em dez anos, a fim de acompanhar as transformações em que a dada manifestação poderá ocorrer.

Fonseca (2003) ressalta que preservar a memória das manifestações, no caso os rituais religiosos da cavalgada de São Sebastião, tem uma série de efeitos:

Aproxima o patrimônio da produção cultural, passado e presente. (Dois) Viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio. (Três) Cria melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do "direito a memória" como parte dos "direitos culturais" de toda sociedade brasileira (FONSECA, 2003, p. 72).

Com base em Lyndell Prott, Fonseca (2003) afirma que as políticas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio imaterial possuem indicativos diversos, como uma maneira de resguardar um estilo de vida e o sentido de pertença da comunidade. Nessa linha de abordagem, a ideia de preservar está intrinsecamente relacionada à importância da diversidade, da cidadania, da manutenção de diferentes memórias e identidades.

A cavalgada, assim como outras festas em louvores aos santos, tem no catolicismo uma expressão inigualável desde os tempos da colonização e representa para o Estado português uma forma de agregação sociocultural, na qual, além da experiência comunitária religiosa, ocorrem trocas culturais com diversas faces e sentidos.

Amaral (2003) elucida que nessas manifestações religiosas:

[...] Fundem-se, associa-se se sobrepõem e são reinterpretados vários aspectos culturais dos grupos envolvidos, num verdadeiro ecumenismo cultural estabelecido pela arte estética, música e pelas próprias crenças. A Festa de Iemanjá- Nossa Senhora dos Navegantes ou da Conceição, realizada em todo o Brasil por católicos, candomblecistas e umbandistas nos mesmos espaços e tempo é emblemática deste aspecto. Mas além dos aspectos propriamente religioso-culturais, a realização frequente de festas faz parte de uma lógica de organização social e econômica que muitas vezes passa completamente despercebida. Essa lógica tem raízes no período colonial, quando a participação nas festas religiosas engendrou os modos de ação e de expressão favoritos dos brasileiros (AMARAL, 2003, p. 188).

Amaral (2003) destaca, dentre as festas religiosas populares, o círio de Nazaré, a festa do divino, o tambor de crioula, as festas juninas e as festas dos santos italianos em São Paulo. Para Petruski (2008), as festividades católicas têm a sua origem datada nas Sagradas Escrituras, no livro do Êxodo podemos observar algumas menções em honra ao Criador:

"Três vezes por ano celebrarás uma festa em minha honra. Observarás a festa dos Ázimos: durante sete dias, no mês das espigas, como fixei, comerás pães sem fermento (foi nesse mês que saíste do Egito). Não se apresentará ninguém diante de mim com as mãos vazias. Depois haverá a festa da ceifa, das primícias do teu trabalho, do que semeaste nos campos; e a festa da colheita, no fim do ano, quando recolheres nos campos os frutos do teu trabalho. Três vezes por ano, todo indivíduo do sexo masculino se apresentará diante do Senhor JAVÉ" (Bíblia Sagrada. Êxodo 23, p 14-17.)

Podemos compreender a ligação dessas manifestações com o período das colheitas, pois, segundo Petruski (2008), elas foram estabelecidas dentro de um calendário agrícola. Mircea Eliade considera que essas manifestações:

É um patrimônio comum nas sociedades agrárias, nas quais se observa que toda a infinita variedade dos ritos e das crenças agrárias supõe o reconhecimento de uma força manifestada na colheita. Este 'poder' ora é concebido como impessoal, como o são os 'poderes' de tantos objetos e atos, ora é representado em estruturas míticas, ou ainda concentrado em certas pessoas humanas. Os rituais, simples ou processados em representações dramáticas densas, têm por finalidade estabelecer relações favoráveis entre o homem e estes 'poderes' e assegurar a regeneração periódica destes (ELIADE, 1992, p.418).

Segundo Petruski (2008), tais ritos religiosos foram amoldados pelo cristianismo na sua gênese, o qual assimilou, dessas tradições, determinadas manifestações festivas, conforme um novo contexto.

No entanto, foi apenas no concílio de Trento (1545–1563) que o Vaticano reconheceu a relevância dessas práticas dentro da instituição. Petruski pontua que o reconhecimento se deu, pois, além de essas manifestações reunirem um número relativo de pessoas, também serviam como instrumento pastoral e catequético (PETRUSKI, 2008, p.70). Explanado questões e debates sobre o papel das expressões populares como práticas culturais, pontuaremos o estudo de caso desse capítulo.

A FÉ EM SÃO SEBASTIÃO

A Cavalgada de Cambira acontece anualmente no dia 20 de janeiro. Desde 1998, essa prática cultural tem diversas finalidades: destinar 20% da arrecadação do almoço para o Hospital de Câncer de Londrina, propagar a importância da preservação do meio ambiente e ratificar a fé em São Sebastião, padroeiro dos cavaleiros. Sob essa ótica será analisada a festa em louvor ao santo dos arqueiros e como a mesma vem adquirindo o reconhecimento cultural e se tornando uma referência singular na região.

O nome Sebastião deriva do grego *sebastós*, que significa divino. Originário de Narbonne e cidadão de Milão, o Santo foi um mártir e morreu durante a perseguição do Imperador romano Diocleciano.

De acordo com depoimentos atribuídos a Santo Ambrósio de Milão, Sebastião era um soldado que teria se alistado no Exército romano por volta de 283 d.C. com a única intenção de afirmar o coração dos cristãos, enfraquecido diante das torturas. Era querido dos imperadores Diocleciano e Maximiliano, que estimavam tê-lo sempre por perto e, por isso, designaram-no capitão da sua guarda pessoal, conhecida na época como Guarda Pretoriana¹.

Segundo os livros apócrifos, São Sebastião nunca teria deixado de ser um cristão convicto e ativo. Fazia de tudo para ajudar os irmãos na fé, procurando levar os ensinamentos do cristianismo aos soldados e aos prisioneiros. Discretamente, conseguiu converter muitos pagãos ao cristianismo, até mesmo o governador de Roma, Cromácio, e seu filho, Tibúrcio.

Por volta de 286, Sebastião foi denunciado, pois estava contrariando o seu dever de

¹ A guarda pretoriana (latim: *Praetoriani*) era o grupo de legionários experientes, encarregados da proteção do pretório (*praetorium*), parte central do acampamento de uma legião romana, onde ficavam instalados os oficiais. Com a tomada do poder por Otaviano, transformou-se na guarda pessoal do imperador.

oficial da lei. Teve, então, que comparecer ante o imperador para dar satisfações sobre o seu procedimento. Este se queixou de suas atitudes. Julgado como traidor, foi ordenada a sua execução por meio de flechas, diante do imperador.

Amarrado a um tronco, foi varado por flechas, na presença da guarda pretoriana. Foi dado como morto e atirado no rio. Essa passagem serve como ilustração em quase todas as representações do santo arqueiro, como podemos observar na imagem 1.



Figural: São Sebastião.

Disponível em <http://www.appai.org.br/a-forca-historica-de-sao-sebastiao/>

O bárbaro método de execução de São Sebastião fez dele um tema recorrente na arte medieval, surgindo geralmente representado como um jovem amarrado a uma estaca e perfurado por várias flechas atadas por uma corda, constituindo o seu símbolo heráldico.

Apesar da atrocidade, Sebastião não havia falecido e foi encontrado e socorrido por uma viúva chamada Irene (futura Santa Irene), que retirou as flechas do peito dele e o tratou. Segundo Alves (2001), assim que se recuperou, Sebastião se apresentou novamente diante do imperador, censurando-o pelas injustiças cometidas contra os cristãos, acusando-o de inimigo do Estado. Perplexo com tamanha ousadia, Diocleciano ordenou que os guardas o açoitassem até a morte. Seu corpo foi jogado no esgoto público de Roma. Luciana (Santa Luciana, cujo dia é comemorado em 30 de junho) resgatou seu corpo, limpou-o e sepultou-o nas catacumbas. O fato teria ocorrido no dia 20 de janeiro de 288, data que foi instituída como a do patrono dos arqueiros.

São Sebastião foi o ícone de várias expressões artísticas. Foi tema de pintores da Renascença. Na literatura, São Sebastião teve sua trajetória contada no livro “Perseguidores e Mártires”, do escritor italiano Tito Casini e foi um dos personagens centrais do romance “Fabiola” (também intitulado “A Igreja das Catacumbas”), escrito em 1854 pelo cardeal

Nicholas Wiseman.

No Brasil existem outras festividades ligadas ao Santo de Milão, todas realizadas no dia 20 de janeiro, sendo as mais expressivas na cidade do Rio de Janeiro, em São Sebastião no Estado de São Paulo e no Paraná nas cidades de Paranavaí, Quatro Barras, Sengés, Jacarezinho, Andirá, Rio Branco do Sul, Munhoz de Melo, Altônia, Guaraci, Astorga, Japurá, Sapopema, Mandaguaçu e Cambira, como veremos adiante.

A CAVALGADA DE SÃO SEBASTIÃO NO NORTE DO PARANÁ

A área que hoje forma o município de Cambira, na microrregião 8 do norte central do Estado do Paraná, fazia parte do município de Apucarana-PR, conforme o loteamento da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP). Cambira é o nome dado a um cipó com flor lilás que era muito comum na região. A planta deu nome à estrada da Cambira, que atualmente se chama Avenida Belo Horizonte.

Essa alameda, ao cruzar com a igreja matriz, transforma-se na “Rodovia do Milho”, a qual liga o centro com o bairro tradicional católico Bela Vista. Cambira está localizada a 337 km da capital Curitiba, situada na região do vale do Ivaí, limita-se ao norte com Apucarana, ao sul, com Nova Itacolomi, ao leste, com Mandaguari e a oeste, com Marumbi.

Segundo o memorialista Narciso Capeloto, a primeira família a reocupar as proximidades da região de Cambira foi a do Senhor Francisco Carneiro de Souza em 1936. Três anos depois, o Senhor Souza, natural de Jacarezinho, fixou residência na propriedade com sua família. Nesse espaço produziam rapadura, açúcar, industrializavam farinha e comercializavam cereais em Apucarana-PR. Por volta de 1937, João Piovesan se mudou com os familiares para a mesma região. No ano seguinte, Pedro Blanco adquiriu um lote na Gleba Dourados, e Dito Alves, Carrascoso, Grossi e José Rodrigues instalaram-se na região atualmente conhecida como atual bairro da Bela Vista. Em 1939, as famílias Campanholi e Marafon desembarcaram no vilarejo e passaram a se ocupar da limpeza de sítios e do cultivo do café.

Entretanto, somente a partir da década de 1940, essa região onde se encontra Cambira passou por processos de parcelamento, comercialização e ocupação do solo, de modo mais ofensivo. a partir dessa década, intensificou-se a atuação de companhias de colonização, entre elas, a da Companhia de Terras Norte do Paraná que se tornaria a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Em Cambira, assim como quase em todo o Norte do Paraná, a produção cafeeira foi significativa até meados da década de 1970, no entanto com a famosa “A geada negra”, ocorrida no dia 18 de julho de 1975, inúmeras plantações foram abandonadas, dando espaço paulatinamente para o cultivo da soja, trigo, milho e principalmente nos últimos 20 anos para a atividade pecuária.

Conforme apontam alguns depoimentos dos participantes da cavalgada, podemos relacionar essa prática cultural com a sedimentação das atividades pecuárias, estabelecidas como principal atividade econômica nos últimos dez anos. O encontro que acontece duas vezes ao ano é organizado pelos principais pecuaristas da região e o trajeto traçado percorre as áreas onde residem os grandes fazendeiros da região.

A cavalgada de Cambira pode ser dividida em três momentos: o primeiro, chamado

“Partida”, no qual cavaleiros, autoridades eclesiásticas, políticas, lideranças sociais e a população nativa, reúnem-se e dão início às solenidades festivas. Nesse estágio, o pároco local “abençoa” todos os cavaleiros que participam do encontro e estimula as atividades subsequentes ao “Passeio”, ou seja, trajeto que percorre os limites territoriais da zona rural do município até a capela de São Sebastião. Nesse espaço, dá-se o início da terceira e última etapa do encontro, “A Festa”, na qual são premiadas as comitivas e são servidas porções de costela assada para a população que acompanha os cavaleiros.

Na imagem abaixo podemos observar a etapa da “Partida” e também notamos que o fotógrafo coloca em evidência um ângulo mais restrito da cavalgada, privilegiando o enfoque do aglomerado de pessoas que ocupam todo o centro da fotografia. Sem dúvida, notamos que essa estratégia do fotógrafo demonstrou preocupação com o enquadramento do maior número de pessoas possível. No canto direito da imagem, notamos um barracão que, segundo alguns moradores, funciona como ginásio de esportes. Mais abaixo, podemos observar uma faixa branca com os dizeres: “10ª cavalgada ecológica de Cambira”.



Figura 2: A partida. (2010) Autoria: Alessandro Arzani.

Segundo Peter Burke (1992), o uso da imagem como fonte de pesquisa pode enriquecer muito o conhecimento e a compreensão do passado, no entanto, exige extremo cuidado. O historiador, ao analisar uma fotografia, deve pesquisar as motivações do fotógrafo, as suas relações sociais e culturais, com qual finalidade e para quem a foto foi produzida. Sobre os cuidados que o historiador deve tomar, ao utilizar a imagética como fonte de pesquisa histórica, Martine Joly (1994) afirma que o uso dessa pode acarretar num paradoxo curioso:

Por um lado, temos as imagens de um que nos parece perfeitamente natural, [...] aparentemente não exige qualquer aprendizagem, e por outro temos a sensação de ser influenciados, de modo mais inconsciente do que consciente, pela perícia de alguns iniciados que nos podem manipular submergindo-se da nossa ingenuidade (JOLY, Martine, 1994, p. 10).



Figura 3: A partida. (2010) Autoria: Alessandro Arzani.

Na terceira imagem é registrado um momento interessante da cavalgada: trata-se do discurso das principais lideranças do município, justapostas hierarquicamente. No centro se encontra o pároco local, que fazia um sermão direcionado aos cavaleiros, enfatizando a defesa do meio ambiente, a preservação dos solos e principalmente o cuidado com as tropas e manadas. Ao lado direito do pároco local, estão a então prefeita Neusa Belini e o seu esposo (ex-prefeito do município, Sidney Belini). Do lado esquerdo, estão as lideranças da Associação dos Cavaleiros de Cambira.

Durante o discurso de Neusa Belini, o termo “pioneirismo” é mencionado em diversos momentos, além disso, a maioria dos depoimentos de moradores de Cambira enfatiza a importância do “pioneiro” na constituição social da cidade. A construção da memória que podemos denominar de “frente pioneira” mantém-se, ainda hoje, enraizada e constitui um dos argumentos de “orgulho” e de sentido de pertença difundidos por políticos e demais munícipes, principalmente em festividades sejam cívicas ou religiosas. Atentemos para a festividade. Após o discurso das principais lideranças, acontece o segundo rito, denominado de passeio. Nesse momento a tropa de cavaleiros “desfila” pelas principais avenidas do município, como podemos observar na imagem abaixo.



Figura 4. O passeio (2010). Autoria: Daniela Moraes de Almeida.

Nesta fotografia nos atentamos novamente para a hierarquia existente no festejo: na carroça que lidera os cavaleiros está o então deputado estadual Miltinho Pupio e a então prefeita Neusa Belini; atrás da carroça notamos dois cavaleiros carregando uma faixa amarela com os dizeres: “Estância Rancho Mus Tang”, que serve como propaganda do rancho Mus Tang, localizado na cidade de Ivaiporã.

Depois do desfile nas ruas de Cambira, os cavaleiros partem para a “Trilha Ecológica” da festividade, em conformidade com os discursos das lideranças da cidade, e o Senhor Jarbas Belesi afirma:

O que tem de característica da nossa cavalgada é que da região toda, a nossa trilha é a melhor trilha que se tem para as cavalgadas porque a gente realmente procura evitar passar por mata, rio, pra ver a questão da mata ciliar, a gente passa pelo pasto e evitando passar por estradas já de rotina; então você vê paisagens que normalmente de carro você não vê².

Cabe ressaltar que a transcrição das entrevistas foi cautelosa, não acrescentamos palavras tampouco interferimos nas falas dos sujeitos históricos contatados.

² Entrevista com Jarbas Belesi, 62 anos, realizada no dia 15 de agosto de 2009 na cidade de Cambira, tendo 40 min. de duração



Figura 5. O Passeio (2010). Autoria: Daniela Moraes de Almeida.

Na imagem acima podemos captar uma das “trilhas ecológicas” da cavalgada de Cambira e notamos que os cavaleiros galopam por carreadores e não pela vegetação bruta. O passeio se constitui em uma espécie de fila indiana e obedece a uma ordem, na qual as comitivas mais antigas se colocam à frente.

Depois do passeio, acontece a última parte da prática cultural, “a Festa”. Nesse momento, aspectos religiosos e profanos hibridam-se por meio dos cultos religiosos em frente à capela de São Pedro e das premiações, almoço e confraternização dos cavaleiros no salão paroquial do bairro Bela Vista.

Segundo alguns moradores, esse estágio é considerado o ápice da festa. À chegada dos cavaleiros, uma bateria de fogos de artifício é disparada com o intuito de chamar a atenção da população local, como podemos observar na imagem a seguir:



Figura 6. A chegada (2010). Autoria: Alessandro Arzani.

Nessa fotografia, o autor do registro optou por utilizar uma angulação que privilegiou a tomada da estrada onde galopam os cavaleiros bem como a presença dos moradores de Cambira que esperam pela passagem desses e a Capela de São Pedro ao fundo em um segundo plano.

Após a acolhida dos cavaleiros, os mesmos se fixam nas proximidades da Capela de São Pedro e agradecem as bênçãos recebidas durante todo o ano. Segundo Luis Carlos de Melo, membro da comitiva de São Sebastião, os agradecimentos são decorrentes de “bênçãos” como a chuva “ordeira” em todo o ano, que ajuda nas atividades agrícolas dos produtores do município.

Em seguida, os cavaleiros se acomodam no salão paroquial, no qual se iniciam as premiações da cavalgada. Segundo Marcelo Steffani, também membro da comitiva de São Sebastião, ela obedece a uma dinâmica que prioriza o trato dos animais e as singularidades das comitivas:

Bom, durante a cavalgada o pessoal da organização né, os nossos colegas, eles observam aquela comitiva mais organizada, porque tem uns que vem só pra fazer bagunça, então tem também os cavaleiros mais bem trajados, os cavalos também bem escovadinhos, tem uns com trancinha, bem ajeitadinhos... Então vem caprichado mesmo para a cavalgada. Então quando chega aqui, até em homenagem àquela comitiva mais distante que se deslocou, à comitiva mais numerosa, então isso tudo é pra vamos assim dizer, pra motivar para o ano que vem a gente tê-los ou pra ter outra comitiva assim mais organizadinha, e temos também o cavaleiro mais jovem que teve um ano que foi do Pirapó de três aninhos, então ele recebe um troféu, tem o da amazona mais jovem, o da amazona personalizada, o da amazona mais experiente pra não falar mais idosa né, e sempre eu que levo o troféu da mais idosa e aí o pessoal vai entregando, chamando né a comitiva mais distante, o cavaleiro mais equipado³.

³ Entrevista com Segundo Marcelo Steffani, realizada no dia 15 de agosto de 2009, tendo 40 min. de duração.

Após a entrega dos prêmios, é realizado o almoço, e o prato servido desde a primeira edição da festa é a costela assada. Segundo Luis Carlos de Melo, membro da Associação dos Cavaleiros e então Secretário de Saúde do município, a escolha pelo prato deve-se à atividade pecuária no local que é a principal fonte econômica da cidade. O Secretário ressalta ainda que a festa é resultado de um esforço coletivo que envolve as associações comerciais, a administração municipal e a comunidade cambireense.

Ele reforça que a cavalgada vem ganhando cada vez mais adeptos por dois fatores: o primeiro se refere à ideia de continuidade que os cavaleiros mais velhos passam para os seus filhos, como podemos atestar na fala do senhor Marcelo Steffani.

Eu acho a Cavalgada uma coisa muito saudável e acho que a participação da família é fundamental, então a Adriara sempre me acompanhou desde pequeninha ela esta um pouco envergonhada, mas ela sempre me acompanha inclusive a gente faz enduro a cavalo outra coisa que envolve sempre a família, e eu acho o cavalo uma das coisas mais saudáveis, você faz amigos, você participa sempre de uma confraternização no final e é uma coisa que eu quis transmitir a minha filha eu acho que ajuda a dar esse censo de companheirismo, de natureza, sair um pouco do shopping, sair do asfalto, eu sempre gostei de cavalgar, graças a Deus, minhas filhas gostam, minha esposa gosta também, mas só que ficou com a minha pequeninha que eu espero que também com o tempo venha a participar junto com a gente.

O outro aspecto se deve ao fato de os moradores de Cambira se identificarem com a cavalgada, pois a principal atividade econômica do município, a pecuária, emprega uma significativa parte da população.

Após o almoço, é realizada a última parte da “festa”, em que um show de música sertaneja de raiz embala todos os envolvidos e as festividades se encerram no final da tarde. Como podemos observar, a cavalgada de São Sebastião em Cambira se constitui como uma prática cultural local ímpar, na qual existem o sentimento de pertença entre comunidade e o ato religioso e festivo. Assim, é essencial realizarmos uma breve explanação sobre o papel das expressões populares na formação da identidade cultural do país.

APONTAMENTOS

No estudo ora apresentado, buscamos compreender a dinâmica da Cavalgada de Cambira sem dissociá-la do contexto sociocultural e econômico no qual foi implementada. Essa prática cultural reúne singularidades pertinentes à população residente como, por exemplo, o culto a São Sebastião, a valorização das atividades pecuaristas, a preservação do meio ambiente e da memória dos primeiros migrantes.

Nessa festividade detectamos a convivência entre elementos sagrados e profanos que se hibridam durante todo o evento, nos sermões do padre que chama a atenção para a necessidade da preservação do meio e dos bens naturais; já os sinais profanos da festa se manifestam na comensalidade, na dança e nas músicas sertanejas.

É fundamental destacar o envolvimento da população durante a realização da Cavalgada de Cambira, tanto no âmbito religioso quanto no profano. No dia da festa foi possível observar os munícipes se preparando para receber cavaleiros e as comitivas, além do sentimento de pertença enraizado em muitos cavaleiros que levavam seus filhos de modo a compartilhar suas vivências e transmitir ideais, principalmente aqueles relativos à preservação do meio.

O festejo também permite o convívio entre homens, mulheres e crianças de distintos seguimentos sociais, propiciando trocas culturais e religiosas. Nas cavalgadas, as famílias que haviam convivido nas décadas de 1950, 1960 e 1970 reencontraram os antigos companheiros de labuta ou os amigos de infância e com orgulha apresentaram os netos e demais descendentes da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R; CHAGAS, M. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.
- AUMONT, Jacques. A imagem, Campinas: Papirus, 2004.
- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANCIAN, Nadir. Cafeicultura Paranaense: 1900-1970. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 1977.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. – Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Ave Maria, 1977
- DE VARAZZE, J. (2003). Legenda áurea: vida de santos. São Paulo, Companhia das Letras.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional. EDUEM: Maringá, 1999.
- ELIADE, Mircea. Tratado de História das Religiões. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1992.
- ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GONÇALVES, J. R. S. A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-Iphan, 2003.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: burkE, P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.
- MACHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. História Questões e Debates. Curitiba, ano 22, n.43, jul/dez 2005.
- PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa (et al., orgs.) Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d' Água, 2004.
- RHODEN, L. F. O patrimônio Imaterial: algumas reflexões sobre o registro. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, v. n. 31, p. 253-260, 2002.
- PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural, consciência e preservação. São Paulo; Brasiliense, 2009.
- SANT'ANNA. Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.